



Venezuela inicia referendo sobre reforma constitucional

Os venezuelanos vão decidir, neste domingo (2/12), se aprovam ou não uma série de reformas constitucionais, entre elas o fim do limite no número de vezes que o presidente pode ser reeleito. Essas mudanças, que afetam 69 dos 350 artigos da Constituição, já foram aprovadas pela Assembleia Nacional da Venezuela, controlada por partidários do presidente Hugo Chávez.

Agora, o referendo deste domingo é o último passo para que as modificações na Constituição entrem em vigor. Estima-se que cerca de 60% dos eleitores irão às urnas manifestar sua posição sobre as mudanças.

O processo eleitoral começou oficialmente às 6h da manhã e deve ser encerrado às 16h (18h pelo horário de Brasília) se não houver eleitores nas filas. A informação é agência *BBC Brasil*

Entenda o caso

O presidente Hugo Chávez, que chegou ao poder em 1998, introduziu no país uma nova Constituição “Bolivariana” em 1999. Na época, Chávez disse que a Constituição antiga representava “os interesses do setor oligárquico”.

Agora, no entanto, o líder venezuelano afirma que são necessárias mais mudanças para completar a transição do país para uma “República socialista”. A Constituição de 1999 aumentou o mandato presidencial de cinco para seis anos, com possibilidade de uma reeleição. A Constituição anterior não permitia reeleição.

A Carta Magna de 1999 também introduziu a possibilidade de referendos revogatórios do mandato presidencial, o que significa que os eleitores venezuelanos têm o direito de retirar seus presidentes do poder antes do final do mandato.

De acordo com reportagem do jornal *O Globo*, inicialmente, Chávez propôs a modificação de 33 artigos da Constituição. A Assembleia Nacional, posteriormente, propôs mudanças em outros 36 artigos. Entre as principais mudanças propostas está o fim do limite do número de vezes que o presidente pode se candidatar à reeleição. Também está previsto o aumento do mandato presidencial de seis para sete anos.

A nova Constituição dá ainda ao presidente o poder de administrar as reservas internacionais do país. Outro ponto polêmico é o fim da autonomia do Banco Central da Venezuela. As mudanças propostas incluem ainda modificações na estrutura administrativa do país e redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais.

Date Created

02/12/2007